

## O NEGRO NO BRASIL E SEU OLHAR PARA A ÁFRICA E A AMÉRICA LATINA: UM OLHAR SOBRE A GLOBALIZAÇÃO SUL-SUL

### THE BLACK IN BRAZIL AND THEIR GAZE TO AFRICA AND LATIN AMERICA: A LOOK AT THE SOUTH-SOUTH GLOBALIZATION

Dagoberto José Fonseca<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo visa realizar uma releitura da história e da cultura brasileira a partir do olhar da população negra nacional, tendo como pano de fundo a contribuição de diversos estudiosos e intelectuais que construíram um ideário e uma ideologia sobre o país. Com este intuito fazemos um aprofundamento analítico e interpretativo do Brasil tendo como vetor à constituição de novos referenciais teórico-metodológicos que possibilitam uma leitura sobre o Brasil e a maioria de sua população – a negra, sobretudo no período atual em que o país se coloca como um país-locomotiva do desenvolvimento e da redistribuição de renda para a sua população mais carente socioeconomicamente, bem como se lança para o continente africano, efetivando vários pilares para uma aliança estratégica com esta região do mundo, sobretudo no que toca o Atlântico Sul e sua passagem para o Oceano Índico. Deste modo, como fez diversos navegadores lusitanos, cinco séculos atrás, que buscaram pela via marítima encontrar-se com a Índia e a China, atravessando e conhecendo o continente negro, sem perder de vista o seu lugar estratégico e hegemônico junto aos países da América Latina.

**Palavras-chave:** Negro, Brasil, África, País-locomotiva.

**Abstract:** This article aims to reinterpret the history and Brazilian culture through the eyes of the national black population, having as a backdrop the contribution of many studios and intellectuals who built an ideology based on their thinking about the country. To this ending we make an analytical and interpretative deepening of Brazil, taking as a vector to the creation of new theoretical and methodological frameworks that enable a reading of this nation (Brazil) and most of its population - the black; specifically in the current period when the country stands as a locomotive-country of development and redistribution of income for its most needy socio-economically as well as launches for the African continent, effecting several pillars for a strategic partnership with this region of the world, especially as regards the South Atlantic and its access to the Indian Ocean. Thus, as many Lusitanian

---

<sup>1</sup>Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil), pós-doutor em Educação pela Universidade de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil), Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP, São Paulo, SP, Brasil). [dagobertojose@gmail.com](mailto:dagobertojose@gmail.com)

navigators did five centuries ago while sought by sea to India and China, crossing by getting to know the black continent, without losing sight of its strategic and hegemonic place, also the Latin American countries.

**Keywords:** Black, Brazil, Africa, locomotive-country.

### **Um cenário – um olhar: ambos não tão pessimistas**

Passados mais de quinhentos anos se verifica mais recentemente que o Brasil, lança seu olhar para o outro lado do oceano Atlântico, com o mesmo espírito que fora realizado por homens como Chachá (Francisco Félix de Souza)<sup>2</sup>, os irmãos José e Joaquim Breves<sup>3</sup>, bem como outros traficantes escravistas (Alencastro, 2000; Florentino, 2002; Rodrigues, 2005), ou seja, de se afirmar como um protagonista importante no cenário internacional, diferente daquele que recebia de modo quase passivo ordens da Coroa Portuguesa, na medida em que era colônia. Neste início de século XXI, o país não se curva mais a Portugal, reconheceu ainda em plena ditadura militar-civil (1975), todas as nações livres do antigo império luso presentes no ultramar e tem caminhado, desde então, no estabelecimento da construção de processos solidários com os enormes contingentes populacionais do continente africano.

De modo que neste século XXI, o Brasil assume um novo papel e uma inédita postura política no cenário internacional, particularmente quando se assenhora do lugar estratégico que ocupa no Atlântico Sul, especialmente quando verifica o seu potencial político, econômico, cultural e demográfico frente e em prol da América do Sul, contribuindo com a América Latina, especialmente com a Bolívia, Colômbia, Venezuela, mas principalmente com o Haiti e Cuba, mas estando cada vez mais articulando, levando e induzindo projetos desenvolvimentistas para as nações africanas situadas ao sul do Saara, sobretudo aquelas de cultura bantu.

---

<sup>2</sup>Chatwin, Bruce. O VICE-REI DE UIDÁ. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1987.

<sup>3</sup>Pessoa, Thiago Campos. O comércio negreiro na clandestinidade: as fazendas de recepção de africanos da família Souza Breves e seus cativos. In: Afro-Ásia no.47 Salvador 2013. Acesso: 10/08/2015-[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912013000100002&script=sci\\_arttext#nt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912013000100002&script=sci_arttext#nt)

O Estado Brasileiro, o governo federal, a intelectualidade nacional e sua diplomacia somente em momentos episódicos no século XX ousaram olhar o mundo para além de suas fronteiras nacionais (Fonseca, 2004; 2009; Gala, 2007; Gala &, Saraiva, s/d). Agora quando o fazem, estão em condições favoráveis, enxergam o potencial político, econômico e cultural que está presente no Atlântico Sul, de modo autônomo, sem a forte tutela exercida pelos Estados Unidos da América do Norte, Inglaterra e França. Esta ousadia foi fundamental para se erguer novos parâmetros nas relações internacionais e se debater uma nova geopolítica em que o Brasil começa também a desenhar neste século XXI, sobretudo quando se dialoga com três grandes gigantes (Rússia, Índia e China) e uma potência regional que é a África do Sul. Estes países ‘emergentes’ avançam de modo diferente e com apetites distintos, mas prontos para construir uma nova arquitetura na geopolítica global.

### **A dupla estratégia: o uso dos negros na vitrine inter-nacional**

A nova arquitetura do mundo a qual o Brasil participa atualmente passa pela capacidade e perspicácia de olhar para dentro de suas fronteiras nacionais e verificar a necessidade de mostrar bem sua diversidade populacional, mais do que a desigualdade social. Esta última se esconde e quando mencionada se aborda a potencialidade das políticas sociais (públicas) para erradicá-la com ações governamentais que promovem a distribuição de renda. O importante é tratar da diversidade presente no cotidiano.

A diversidade nacional está baseada na sua imensa população negra (de muitas tonalidades de cores diferentes) que se torna e é tornada cada vez mais aparente, saliente e visível no plano interno pelas forças econômicas, políticas e culturais que a dinamizam, mas também no plano externo, na medida em que esta população ao longo do tempo conseguiu articular com sua força, mecanismos e organismos institucionais importantes no cenário nacional e internacional, sobretudo mediadas por organizações não governamentais e pelos próprios agentes e agências governamentais, tais como secretarias, assessorias e fundações no plano interno. Mas, também no plano externo, temos que considerar que não

foi à toa que o Brasil tomou a cadeira da relatoria da última grande *Conferência Mundial contra o Racismo*, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, como foi o caso de Edna Roland em 2001, nessa III Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste contexto que o Estado Brasileiro e sua diplomacia com sagacidade e sensibilidade políticas, econômicas e culturais se apropriam das demandas sociais, do reconhecimento do movimento negro e de parte de uma intelectualidade nacionalista que o traz enquanto um poderoso agente difusor de cultura e história que mobiliza e une diferentes povos na África e na América do Sul em decorrência da luta similar que empreendeu contra opressores e escravistas de diversas nacionalidades e matizes cromáticas, mas todos sendo chamados de “brancos”.

O Estado Brasileiro e suas instituições democráticas e jurídicas, presentes no parlamento, no executivo e no judiciário, mas também na sociedade civil, constroem paulatinamente uma agenda calcada numa estratégia de dupla face, em que de um lado se volta para a apreensão das demandas internas, de outro lado para as possibilidades de ganho na esfera internacional. No plano interno articula um conjunto de medidas e mecanismos legais (ações afirmativas) para estabelecer um novo marco regulatório nas relações sociais no país, abandonando e criminalizando as velhas ideologias racistas, preconceituosas, discriminatórias que geraram por décadas enormes prejuízos sociais, políticos, econômicos e tecnológicas ao país. Especialmente quando mantinha a segregação da maioria de sua população negra na base da pirâmide socioeconômica, não gerando perspectivas, propostas e produtos novos e diversos no mercado de bens materiais e simbólicos. Assim, não se tinha uma diversidade sociocultural que atendesse o mercado e os diferentes consumidores e cidadãos.

Perante este protagonismo negro e da sociedade como um todo se elabora agendas políticas, iniciando desde o final do século XX, a construção de mecanismos e instrumentos legais com recorte étnico-racial a fim de qualificar melhor a cidadania brasileira, propiciando também a que milhões de negros possam também conquistar um mercado de trabalho diferente daquele que ocuparam seus pais e avós nos finais do século XIX e em

todo o século XX, além do que foram criados produtos para estes consumidores ávidos por adquirirem produtos com a sua cara, cor e história.

Ainda no plano interno, o Brasil se lançou no desafio de ser a única nação fora do continente africano a ter no seu conteúdo curricular escolar (ensinos fundamental e médio) a obrigatoriedade de se estudar a história e a cultura africana (lei 10.639/2003). Para além de muitas e reais dimensões educacionais e políticas que isto encerra, há efetivamente o reconhecimento do Estado Nacional da dimensão desta história e cultura para a construção de nossa nacionalidade, com o sentimento e a pertença a ter uma identidade nacional pautada pela herança cultural africana. Este desafio também sinaliza ao mundo e, particularmente ao continente africano às relações irmãs que Brasil e África têm a construir neste breve futuro, sobretudo porque somos a maior nação da 6ª Região da África.<sup>4</sup>

Assim, se verifica que a diplomacia brasileira e diferentes órgãos do Estado Brasileiro, bem como parte da intelectualidade nacional (entre os quais muitos negros) se irmanam das agendas e demandas construídas, em todo o século XX, pelo movimento negro e iniciam um processo de recontar e de reescrever a história da população negra brasileira e do próprio país, estabelecendo um profundo revisionismo do passado colonial, imperial e republicano do país, sobretudo quando consideram as inúmeras contribuições produzidas pelos africanos e negros escravizados, bem como as lutas sociais e diferentes perspectivas, inclusive tecnológicas, que se tornaram conquistas sociais para toda a população nacional e internacional, à medida que as sociedades dialogam com o mundo mais hoje do que ontem. As contribuições, lutas, perspectivas e conhecimentos tecnológicos abriram novas condições para a nação que se ergueu sob o trabalho da população negra de ontem e continua a fazê-lo hoje.

Manuel Querino (1988) e Gilberto Freyre (1987), por exemplo, em suas obras na primeira metade do século XX, já defendiam a tese que os verdadeiros colonizadores e civilizadores do Brasil foram os escravizados africanos e negros que cultivaram a terra; que construíram pontes, casas, engenhos; que construíram e difundiram conhecimentos na área

<sup>4</sup> UNIÃO AFRICANA, RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PERITOS TÉCNICOS SOBRE A DIÁSPORA AFRICANA (TCM), PRETÓRIA, ÁFRICA DO SUL, 21-22 FEVEREIRO DE 2011. Disponível: <http://www.dirco.gov.za/diaspora/docs/tcem/tcemportuguese.pdf>.

da saúde, da metalurgia/siderurgia; que legaram um vasto patrimônio cultural na música, na culinária e na religião, etc. para todos os brasileiros. Esta tese defendida por Querino e Freyre, foi também a mola mestra do pensamento setecentista (1711) de André João Antonil<sup>5</sup>, e é hoje reforçada por diversos intelectuais e estudiosos brasileiros das mais diferentes áreas científicas.

Este processo de revisão histórica e de reafirmação cultural tem propiciado a constituição de novos referenciais teóricos e metodológicos para a compreensão, análise e interpretação da realidade sociocultural e político-econômica da sociedade brasileira, portanto impondo a necessidade de formulação de novos conceitos, pois os velhos estão associados ao período antigo que tinha como matriz de nossa reflexão sobre o Brasil e os brasileiros a partir do legado escravista, em que o africano e o negro eram apenas animais de tração, objetos, mercadoria, ou seja, sujeitos sem nome, sem ação, sem história e sem vontade de mudar o seu destino, isto é não eram pessoas, mas tão somente peças (FONSECA, 2014). Esta condição social é fundamentalmente negada por todos os atuais estudos seja na área da história, da sociologia, da antropologia, mas também da ciência política, da economia e das demais áreas das ciências humanas.

Diante desta realidade paradigmática é que o conceito de escravo, por exemplo, não faz mais sentido heurístico e tão pouco semântico, na medida em que ele não é inteligível, por condicionar e reduzir o homem ao estado de natureza. O que submeteu o africano e o negro a uma condição social imutável, irreversível e ao fim o culpabilizando pela sua condição social imposta pela escravidão e pelo seu arcabouço teórico, metodológico fundado na ideologia do escravismo. Assim, o conceito que opera melhor esta relação social é o de escravizado de um lado e o de escravista de outro, não mais o dicotômico, reducionista e problemático conceito de escravo e de senhor que remete à natureza uma condição de dominação.

É neste contexto que outras questões se colocam neste cenário de revisionismo histórico-cultural, mas também de fundo político-econômico, entre as quais a nossa

---

<sup>5</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

dimensão continental. Há diversos Brasis presentes neste território nacional tão diverso e dispare um do outro, posto que aí se situam as nossas diferenças regionais e as nossas desigualdades étnico-raciais e sexuais, denunciando que não há uma escravidão superada no Brasil, mas que ainda existem escravidões e dominações espúrias no país. Elas precisam ser combatidas com maior eficiência pela sociedade civil, pelo Estado e pelos órgãos governamentais porque atentam contra a vida de brasileiros e de indivíduos de outras nacionalidades, sendo submetidos no ambiente urbano e rural à lógica mercantilista da mercadoria e do objeto como no passado colonial. Vale salientar que a maioria daqueles que padecem nestas relações sociais é de negros que estão situados nas regiões nordeste, centro-oeste, norte e sudeste do país.

Este quadro social acima mencionado tem como base uma cultura escravista, mercantilista que continua viva no seio da sociedade brasileira, sendo produzida por diferentes atores sociais (nacionais e estrangeiros), mas também pelo caldo de cultura que subjaz desta relação (escravista-escravizado), na medida em que muitos negros e indivíduos de outras nacionalidades, particularmente oriundos da América Andina e do Haiti, não conseguiram sair deste jogo perverso das relações humanas em que todos viram mercadoria a ser consumida em um mercado sem rosto. Ou seja, emprestam sua força de trabalho a valores irrisórios, pois não possuem poder de barganha (nem política e nem econômica) neste deplorável mercado de corpos humanos, na medida em que também não conhecem os seus direitos elementares de estar participando numa sociedade democrática e republicana, como a brasileira.

É neste sentido que o Brasil, ao olhar para os seus enormes desafios internos, necessita estabelecer novos pactos sociais para atendimento de sua população, mas tendo como foco de sua política social a dimensão econômica no plano internacional, sobretudo porque precisa incorporar e abrir oportunidades para milhões de negros no mercado de trabalho a partir de empregos com melhores remunerações, qualificações, responsabilidades e lideranças. Mas, isto não é tudo, o Estado Brasileiro, suas instituições públicas e privadas necessitam construir mecanismos que capacitem adequadamente os brasileiros (independente de sua cor/raça – conforme nos diz o Instituto Brasileiro de Geografia e



Estatística – IBGE) e a tratar da cidadania não como conceito abstrato, mas como algo fundamental para o país fazer frente às enormes demandas internacionais sobre direitos humanos, também enquanto direito ambiental e a necessidade de se combater os diversos racismos, inclusive também os de fundo ambiental.

Vale salientar que estas questões que tocam os direitos humanos, o direito ambiental e o racismo ambiental são importantes fatores para dialogarmos de maneira objetiva com relação aos nossos “gargalos” e problemas de infraestrutura no campo e na cidade para escoamento dos produtos primários que chegam aos grandes centros sem qualquer ganho de capital ou de valor agregado, mas também para problematizarmos com maior acuidade a nossa incapacidade para entendermos que cidadania é um valor inestimável a todos os cidadãos, sobretudo porque a baixa qualidade ou sua inexistência tem acarretado a falta de moradia, de saúde, de transporte, de educação de enormes parcelas da população brasileira, na sua maioria negra, sem qualquer acesso ao capitalismo moderno e ao universo digital, também porque está excluído do mundo energético e, por consequência também do ciberespaço (FONSECA, 2007).

Neste sentido, a melhoria da qualidade de nossa cidadania, do direito a um ambiente sustentável e equilibrado, passa especialmente pelo combate aos diversos racismos, inclusive o ambiental, isto é, passa pela afirmação e positivação do negro na sociedade brasileira. Deste modo, esta é uma iniciativa importante para o Brasil mostrar ao mundo global, ou seja, que há diversidade aqui, mas que também há o combate à desigualdade de todas as formas, posto que o Estado-Nação não mais reconhece a ideologia da democracia racial como verdadeira, mas que pode se transformar em nossa meta e utopia político-econômicas e socioculturais, especialmente pelo que foi aprovado no Supremo Tribunal Federal, em 2012, quando da constitucionalidade das cotas raciais.

### **O negro brasileiro e o Brasil do século XXI: um cenário de possibilidades**

A população negra (preta e parda) no Brasil tem se destacado em inúmeras áreas, sobretudo naqueles setores que compreendemos como os de ponta de lança do



desenvolvimento na sociedade, sejam no campo intelectual-acadêmico como também no artístico e tecnológico. No entanto, isto não é uma novidade de hoje, posto que estas constatações foram realizadas no período escravista por diversos letrados de então. Eram eles que faziam os engenhos de açúcar, como diz o próprio Antonil (1982) no século XVIII. Gobineau<sup>6</sup>, o maior difusor do racismo científico e outros viajantes estrangeiros no século XIX, quando viam que muitos líderes presentes na política, na economia e reconhecidos nomes da intelectualidade nacional eram negros, tais como os irmãos Rebouças (Antônio e André), José do Patrocínio, Campos Salles, o que faz com que o escritor, advogado, jornalista e político Luiz Gama escrevesse em tom jocoso o poema “A bodarrada” a fim de denunciar que havia muitos negros em lugares importantes da sociedade imperial neste final do século XIX e que continuaram a existir no período republicano, mas que estes não assumiam a sua negrura e negritude, se escondia atrás de uma brancura pobre de sentido e verniz.

É neste contexto que abordamos a afirmação do então ex-presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, em 1994, quando em meio ao debate político eleitoral disse: “Eu sempre brinquei comigo mesmo, tenho um pé na cozinha. Eu nunca disse outra coisa, eu não tenho preconceito. (...) Sou mulatinho, tenho o pé na cozinha. Não tenho preconceito”. Esta frase que a época soou muito mal junto ao movimento negro e a intelectualidade nacional, pelo contexto ideológico que esta frase encerrava, mas que nos dá hoje, salvaguardado o contexto histórico, que há e houve muitos negros que ocuparam lugares estratégicos, político-econômicos, além dos nominados espaços artístico-culturais do país.

Fernando Henrique Cardoso com a frase também denuncia um fato importante que não foi abordado adequadamente naquele momento, nem por ele posteriormente, é o fato de “não ter preconceito”. Ele atesta que muitos “mulatinhos”, negros não assumem esta condição sociocultural e fenotípica quando está situado em lugares de/no poder. Eles esquecem, fingem que são outras “coisas” por puro preconceito. Estes afirmam que

---

<sup>6</sup>Ver o RAEDERS, Georges. O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Trad. Rosa F. d’Aguiar, 1988, p. 90.

possuem outras origens sócio-étnico-raciais, não as de ascendência africana, às vezes são “europeus” do sul da Europa, população mediterrânea, ocultando por ignorância ou preconceito que o sul da Europa é o norte da África; outras vezes, ainda se dizem “indígenas” para fugirem de uma condição social que foi o escravismo.

No contexto de meados da década de 1990 que se aquecem os debates públicos, nos meios jornalísticos, nas universidades, nos parlamentos e nos governos, sobre o lugar social do negro na sociedade brasileira e das lutas para que o Estado e os demais poderes constituídos reconheçam a necessidade de instituição de políticas públicas em qualidade e em quantidade para atendimento das demandas sociais advogadas pelo movimento negro.

Neste período o Instituto Data Folha (1995) faz uma enorme pesquisa sobre a situação social do negro e do racismo no país. Muito do que ela constata já era denunciado pelo movimento negro. Esta pesquisa nacional demonstrou que o racismo é impessoal, além de ser um poderoso instrumento político-econômico de segregação da população negra, distanciando-a dos demais grupos populacionais não só do ponto de vista da renda auferida, mas também a destacando como vítima privilegiada da violência social, sobretudo aquela capitaneada pela força pública.

O que esta questão traz de fundo é que a maioria dos mortos pela polícia é de negros que não chegou a ser contabilizada como População Economicamente Ativa e que não produziu valor contábil para o Produto Interno Bruto do país na visão reducionista da maioria dos economistas ou dos financistas das bolsas de valores. Deste modo, esta população negra (adolescente e jovem) desempregada se constitui secularmente em seres descartáveis, não sendo um número importante para a balança comercial brasileira, nem tão pouco para a economia global, particularmente no que tange aos dados que alimentam a economia formal. Neste sentido, eles eram mais importantes no período escravista do que atualmente, pois lá estavam no eito forçosamente, hoje estão nas ruas, jogados à própria sorte ou ocasião.

Mas, se de um lado a pesquisa do Instituto Data Folha chegou a constatar o que já era sabido pelo movimento negro, pela experiência pessoal de militantes e por diversos estudos acadêmico-científicos produzidos em muitas universidades do país. Ela (pesquisa)

também trouxe um elemento novo, ou seja, que havia 5,4 milhões de negros com renda mensal superior a vinte salários mínimos à época. Afirmava-se com isto que os negros produziam um enorme volume de recursos financeiros para o país, mas que não era mensurado de forma adequada pelos diferentes institutos de pesquisa e universidades. Chegava-se ao ponto de verificar que os negros eram excelentes consumidores, mas também produtores (empresários, intelectuais, políticos, profissionais liberais, artistas, esportistas) que formavam o estrato médio e alto da sociedade brasileira (TURRA & VENTURI, 1995).

A década de 1990, com estes debates e pesquisas de órgãos diversos da mídia e da academia, dava à senha, aos negros que sabiam que tinham um capital cultural importante na história do país e jogavam com isto. Era considerada força ativa da economia nacional e contribuía com a economia global e, portanto, se colocavam prontos a participar equitativamente da globalização econômica. Assim, começam a exercer um poder político maior do que antes, sobretudo pela organização, mas também pela capacidade de investimento de suas demandas, seja no plano da barganha e da disputa junto aos órgãos da política pública. Muitos, ainda, não articulavam bem a política e nem percebiam enquanto um bom investimento.

Neste contexto, podemos citar os projetos e as políticas internas da Kodak do Brasil, da IBM, da Unilever, do Banco Real (atual Grupo Santander), do Banco de Boston para atendimento desta demanda crescente de pessoas não brancas que estavam prontas a assumir postos de liderança e comando, particularmente as negras, mulheres e jovens (Malomalo, 2010; Pereira, 2015). Nesta onda da diversidade nos negócios também se situa a Revista Raça Brasil, lançada em 1996, como sendo “a revista dos negros brasileiros” (SANTOS, 2011). O que permitiu que uma gama de empresas elaborasse o discurso (marketing) da responsabilidade social e da diversidade cultural nos negócios.

Com base neste acúmulo histórico, político, cultural que a sociedade brasileira entra no século XXI marcada pelos debates da década de 1990, mas com o nítido sentido de aplicar as teses e os discursos produzidos a fim de dinamizar a cidadania e as políticas públicas necessárias para o país adquirir investimento e ser também um país investidor no

plano interno e externo. Assim, se tornou obrigatório na agenda política do Estado-Nação a inserção das políticas afirmativas para negros e demais grupos considerados vulneráveis política e economicamente em amplos setores, sobretudo os públicos, mas com estímulos para o setor privado.

Muitos atestam uma fragmentação da sociedade pelo viés da etnia-raça-cultura ou por faixas etárias-renda-origens. No entanto, se isto é verdadeiro, podemos considerar que a fragmentação da sociedade é apenas o vetor visível das disputas que estão no centro do processo de globalização da economia, em que milhões de negros, jovens, mulheres e portadores de deficiência têm a disposição para adquirir maior capacidade de diálogo e de barganha na economia e na cultura global.

Os grupos sociais se fragmentam para logo depois se agruparem novamente a partir de novas marcas identitárias, com signos diferentes, novos e atraentes, mas que afirmam os sinais da força-motriz deste momento, a participação no mundo globalizado pelas redes, pelas senhas, pela capacidade de interar e intervir. Os negros, as mulheres, os jovens e os deficientes brasileiros também querem participar deste esforço e de se situar no mundo globalizado.

Este é o desafio brasileiro no atual momento do século XXI. Democratizar a vida social e política; mas é imperativo que priorize a democracia da terra, da universidade e do crédito como necessidade vital e cidadã para a reforma do próprio Estado-Nação, da cultura empresarial, a fim de conseguir dar-lhe leveza e eficiência, para que dê passos largos na esteira da globalização e das diversas globalizações que ocorrem no mundo junto com os empresários nacionais e a produção qualificada desenvolvida nas e pelas universidades. As universidades são agências de desenvolvimento e da diplomacia das nações tanto como as empresas, especialmente no momento em que elas se lançam para esta missão de internacionalizarem (FONSECA, 2012).

### **A diplomacia brasileira e a (uma) agenda possível: um (o) olhar**

A diplomacia brasileira tem buscado ser eficiente e pró-ativa, não refratária como nos séculos anteriores. Ela tem participado em diversos foros internacionais, neste início de século XXI. Construindo políticas articuladas que viabilizaram o perdão das dívidas externas de países africanos (Benin, Burkina Fasso, Etiópia, Gana, Madagascar, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia) e latino-americanos (Bolívia, Guiana, Honduras, Nicarágua), além de propiciar uma ação integrada com outras nações de apoiar o Haiti, liderando a Minustat. Estas e outras atuações da diplomacia colocaram o Brasil no interior do jogo político internacional, tanto que de 2003 a 2010, o país abriu 79 representações no exterior (57 embaixadas e 22 consulados), e, ainda, criou e participou de mecanismos institucionais de caráter internacional para ampliar o seu papel político e econômico no Atlântico Sul (especialmente na América do Sul e na África subsaariana).

A diplomacia brasileira atua com parceiras das universidades e demais institutos de pesquisas, entre os quais a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), para apoiar a expansão do capital nacional em diversos países africanos, latino-americanos e caribenhos, seja na construção de infraestrutura, mas também na disseminação das nossas Commodities vinculadas ao agronegócio (soja, cana-de-açúcar) na abertura de novas áreas de cultivo em solo africano, especialmente em zonas pouco habitadas em decorrência da guerra civil em Angola e Moçambique. Neste sentido, o papel que as ciências da terra exercem neste processo é, ainda, pouco estudado pelos estudiosos das ciências humanas, em particular das ciências sociais. De modo que o impacto sobre o ecossistema dos países africanos envolvidos também é pouco ou nada conhecido pela maioria da sociedade em geral, bem como pelos especialistas em meio ambiente, posto que estes estejam com os olhos, ainda, fincados no próprio país.

Além deste aspecto, a nossa diplomacia também tem vinculado as nossas universidades ao seu papel de captadora de cérebros africanos, em especial daqueles oriundos países de língua oficial portuguesa (PALOP), notadamente pelo Programa Estudante Convênio (PEC-G e PEC-PG), ou seja, aqueles que vêm para graduar-se ou pós graduar-se em nossas instituições de ensino superior. Este mesmo programa do Ministério

das Relações Exteriores em parceria com o Ministério da Educação também é um captador de cérebros na América Andina, tornando-se uma estratégia brasileira importante para construir também a sua hegemonia no Atlântico Sul, na medida em que faz da internacionalização do seu ensino superior um processo de angariamento de pesquisas e de conhecimento das realidades sociais, culturais, tecnológicas destes países e também das suas deficiências políticas e de suas frágeis soberanias (FONSECA, 2012; 2015).

As instituições do Estado Brasileiro que participam desse projeto político de Brasil Grande têm em mãos duas realidades importantes a seu favor, quando aborda a África dos Palop, o fracasso da hegemonia portuguesa no ambiente político internacional, inclusive junto aos países africanos e um capital sociocultural e histórico invejável, na medida em que é atualmente o país que tem a maior população de descendência africana, isto é o maior da VI Região da África, como apontamos antes, deste modo com o seu capital público e privado, tem um campo fértil para explorar. Assim, os negros brasileiros que são quase 52% da população nacional, segundo os dados do Censo de 2010, tornam-se indivíduos-chave neste processo político-estratégico de projeção do Brasil para o futuro da economia global pela sua importância demográfica, já que o país é o quinto mais populoso do mundo e os indivíduos de pele negra são maioria nestas regiões que serão globalizadas ao sul do Equador. Deste modo, com o capital sociocultural, político e econômico e, ainda, com um trabalho bem articulado pelas instituições nacionais, entre as quais as universidades e a diplomacia, o Brasil poderá se inserir em diferentes mercados pela fenotipia, mas também pela similaridade cultural que possui com as demais nações, particularmente no continente africano e numa África de cultura bantu ou yoruba (sudanesa).

O Brasil, assim, adquire capilaridade política nesse século XXI e demonstra capacidade de dialogar com os países-cabeça da globalização, mas também com os países-rabo deste processo econômico-político-cultural e tecnológico. Entretanto, precisa ter a ciência de que não é cabeça e nem rabo, mas pode com liderança e articulação correta ser um jogador importante no jogo arquitetado pelos países que integram os BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) a mediar, intervir e participar; mas, sobretudo capitanear áreas de interesse regional, tais como este eixo que está situado no Atlântico Sul

e, ainda, buscar um diálogo mais direto e honesto com os Estados Unidos nas políticas para a América Latina e Caribe, fazendo uso da sua população indígena e da Amazônia como capital também sociocultural neste diálogo com os países andinos e que ensejam a revolução bolivariana.

Neste contexto da geopolítica do Atlântico Sul, o Estado Brasileiro, em especial o Governo Federal, se tiverem capacidade e vontade política pode usar a população nacional para ampliar as condições de sua liderança e hegemonia, revigorando a identidade nacional permeada pela cultura indígena e ibérica, refazendo os passos de espanhóis e portugueses, sem impor os valores mercantis e escravistas sobre estas sociedades da América Latina, particularmente as situadas na América do Sul. De modo a minimizar estrategicamente a cultura africana tão presente e significativa no país, em decorrência dela ter pouca influência no conjunto dos países andinos, onde a marca identitária indígena e ibérica é latente.

Este processo de globalização desta parte austral da América tem sido permeado pela diplomacia, pelas perdas pontuais e pelos ganhos de longo prazo no que toca a esfera econômica, sobretudo porque o discurso hegemônico tem sido elaborado com viés bastante ideológico - integração e da união dos povos da América, como pensou Darcy Ribeiro em “América Latina: a pátria grande” (1986).

O Estado e o Governo Brasileiro tem ciência de que uma globalização para ser bem sucedida deve ter o sustentáculo da(s) cultura(s). Ela (globalização) não pode ser apenas um esforço ou uma aventura dos investimentos de capital político, econômico e tecnológico. A base cultural alicerça os processos de participação do país nos dois continentes banhados pelo Oceano Atlântico na sua porção meridional (austral).

A participação negra brasileira nesse processo é ainda pouco utilizada na prática, apenas a cultura aparece, mas sem o negro de carne e osso nas embaixadas, consulados, ou seja, em nossa diplomacia ainda muito alva e que não tem aderência nem física e nem cultural com as populações da África ou da América Latina.

As bolsas de estudos do Instituto do Rio Branco devem ser ampliadas para os negros e indígenas a bem deste projeto, isto é se ele for sério e continuidade no longo



prazo. Além do que outras instituições devem ser fomentadas a constituir cursos para formar a diplomacia nacional com esta necessidade e caráter político-cultural.

A participação negra brasileira no processo de globalização no continente africano é tímida e tem potencial de crescimento; alavancando o volume de capital político, tecnológico e cultural, mais do que do ponto de vista financeiro-monetário. Para melhorar a capacidade de participação no jogo internacional é vital ter o aporte desta população negra qualificada, bem formada e poliglota, sem isto o Brasil continuará mantendo o seu empresariado nacional, particularmente aquele ligado à construção civil e à mineração, na condição de apenas um expropriador de riquezas e fazedor de fortuna para pequenos grupos nacionais e internacionais, mas sem capilaridade no seio da população nativa, como verificamos no estudo de Yssysay Rodrigues quanto ao papel da Vale e dos brasileiros em megaprojetos que atuam na extração do carvão moatize (RODRIGUES, 2015).

Em suma, o governo e o empresariado brasileiro necessitam ser rápidos na definição de sua política externa para a África, particularmente para aquela dos países de língua oficial portuguesa (PALOP) – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe -, bem como para a América Latina e Caribe. Deste modo, o projeto de globalização brasileiro deve estar associado a uma política interna e externa bem definida, que tenha um conjunto da opinião pública apoiando e com interesse neste projeto, mas também contanto com investidores nacionais e estrangeiros que deem sustentação e viabilidade econômica, política, tecnológica e cultural para tal empreitada.<sup>7</sup>

Refazer o caminho das naus lusitanas, singrar os mares é vital no processo global, mas é imperativo que com isto o Brasil consiga ampliar a sua capacidade de investimentos em tecnologias, mas também em sua população, particularmente na negra que possui capacidade ociosa e que necessita ser instalada rapidamente para este esforço e desafio globais.

---

<sup>7</sup> Disponível em <SARAIVA, José Gomes; GALA, Irene Vida. O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano- -brasileira no Atlântico Sul>. Acesso em 11/07/2015.

O novo Brasil do século XXI pode chegar a condições similares e diferentes à Índia e à China, desde que considere a presença negra, a cultura afro-brasileira e as tecnologias como portas importantíssimas neste projeto global desenhado também pelos seus parceiros no consórcio dos países emergentes que compõem os BRICS (FONSECA, 2011).

### **Os centros de estudos e pesquisas das universidades brasileiras: colaboradores estratégicos: quem e o que se publica sobre África**

As universidades brasileiras (públicas e privadas), neste século XXI, vivem um novo momento de sua história. Foram convocadas pelo Estado Brasileiro e pelas diferentes instâncias de governo (federal, estadual e municipal) a assumirem a tarefa de estarem mais próximas ao povo; construírem projetos de inserção social que atendam as populações historicamente excluídas e vulnerabilizadas por políticas perversas elaboradas anteriormente pelo próprio Estado; mas também o de se integrarem ao mundo globalizado. Neste último aspecto o de internacionalizar também suas ações fins – o ensino, a pesquisa e a extensão. Aqui pensadas como parte do processo de disseminação do conhecimento elaborado e sistematizado por meio das edições de artigos que publicam em suas revistas científicas.

Neste aspecto ao elaborarmos um breve balanço da produção intelectual e científica brasileira, compreendo o período de 2002 a 2014, a respeito do continente africano, suas populações, sua atmosfera político-econômica e sócio-histórico-cultural a partir de um olhar das ciências sociais, constatamos elementos e questões importantes para pensarmos a realidade da pesquisa de brasileiros a respeito da África.

Em primeiro lugar, o fato de que são pouquíssimos pesquisadores nacionais que tem se dedicado ao estudo sistemático sobre a realidade africana. A imensa maioria destes pesquisadores nunca pisou em solo africano. Fizeram as suas formações acadêmicas voltados mental, cultural e politicamente pelas questões presentes na Europa ou nos Estados Unidos, ou seja, tiveram os seus referenciais científicos pautados pela lógica e

mundo euro-ocidental. Desconhecem este outro continente, mesmo tendo a ciência de que a África tem um lugar especial no imaginário social e cultural nacional e que não podemos pensar em elaborar uma crítica social sobre o Brasil, sua história e seu cotidiano sem trazeremos elementos culturais oriundos deste vasto e emblemático CONTINENTE-PAI.

Salientamos, todavia, que o balanço que fizemos foi da produção brasileira sobre a África presente nas publicações dos seguintes centros: Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade de São Paulo e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes.

É importante destacar que estes centros têm algumas questões comuns, mas a mais visível e que queremos tornar saliente é o fato de terem sido criados por uma pequena parcela de estudiosos, intelectuais das ciências sociais, que buscavam construir a partir da África um novo olhar epistemológico e político-ideológico-científico, trazendo uma perspectiva diferente para entender o Brasil e os brasileiros, bem como da própria realidade africana, principalmente sua história e cultura, os processos das lutas de independência após a década de 1950, mas também considerando os levantes sociais provocados pelos intelectuais vinculados organicamente as demandas propugnadas pela intelectualidade negra presente nos Estados Unidos, no Brasil e em diversos países europeus, notadamente na França e na Inglaterra. É neste contexto que o CEAO

Foi criado em 1959, em um momento de efervescência política e cultural, no Brasil inaugurava uma política de presença diplomática e cultural na jovem África que se libertava do colonialismo. Coube a um humanista português, o Professor Agostinho Silva, a iniciativa da criação do CEAO, que foi então concebido como um canal de diálogo entre a universidade e a comunidade afro-brasileira, por um lado, e entre o Brasil e os países

africanos e asiáticos, por outro. A manutenção desta tradição é o traço que o identifica no presente e que orienta a sua ação para o futuro.<sup>8</sup>

É importante destacar que o CEAO tem mantido uma política editorial de sua revista, atendendo a periodicidade e a qualidade dos artigos científicos. No entanto, há uma imensa maioria de artigos que abordam a realidade afro-brasileira, o que faz com que a África e o Oriente fiquem praticamente invisíveis no conjunto dos artigos que abordam as populações africanas e deste oriente emblemático que se quer traduzir a partir desta acepção que não tem aparentemente relação com o orientalismo inventado pelo ocidente como denuncia Eduard Said (1996).<sup>9</sup> Exemplo de nossa afirmação é a amostra dos artigos publicados no triênio 2012-2014 na Revista Afro-Ásia, edição do CEAO, enquanto um dado que confirma o nosso comentário acima. Onde de trinta e dois artigos no total publicado no triênio, sete artigos abordam o continente africano, mas apenas dois deles são escritos por brasileiros. Como se observa nos quadros abaixo.

Revista Afro-Ásia do CEAO	
Total de seis artigos três artigos sobre África 1 escrito por brasileiro	2012/nº do volume 45 e 46
<b>Títulos</b> História, cultura material e construções identitárias na SENEGÂMBIA O ISLÃ e o sistema escolar no MARROCOS pré-colonial	<b>Autoria</b> Ibrahima Thiaw  Vicente Llorent Bedmar

<sup>8</sup>Disponível em <<http://www.ceao.ufba.br/2007/apresentacao.php>>. Acesso: 10/07/2015.

<sup>9</sup>SAID, Edward W. Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.



Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em CABOVERDE: as marcas do silêncio.	Cláudio Alves Furtado
---	-----------------------

Revista Afro-Ásia do CEAO	2013/volumes nº 47 e 48
Total de artigos 17 artigos 3 artigos sobre África 1 escrito por brasileira	
<b>Títulos</b> Religião e parentesco entre os bakongo de Luanda O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico Intelectuais orgânicos e legitimação do Estado no MOÇAMBIQUE pós-independência: o caso do Centro de Estudos Africanos (1975-1985)	<b>Autoria</b> Luena Nunes Pereira Mariana P. Candido Carlos Fernandes

Revista Afro-Ásia do CEAO	2014/volume nº 49
Total de artigos 9 artigos 1 escrito sobre África Nenhum escrito por brasileiro(a)	
<b>Título</b> Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e	<b>Autoria</b> Gerhard Seibert

O negro no Brasil e seu olhar para a África e a América Latina:  
Um olhar sobre a globalização Sul-Sul –  
Dagoberto José Fonseca – p. 26-59

Todavia não podemos atribuir este problema de invisibilidade da África ou de sua lateralidade nos assuntos e temas tratados nos artigos publicados pelo CEAO ao próprio CEAO, mas ao problema de que ainda são poucos os pesquisadores brasileiros que tem estudado de maneira sistemática a realidade africana, seja do ponto de vista das ciências sociais ou das demais áreas do conhecimento em relação comparativa àqueles que têm estudado o Brasil seja nas suas graduações, mestrados, doutorados, pós-doutorados e livres docências. Esta situação tem que ser levada em conta à medida que há um esforço político, cultural e pedagógico por parte de militantes, ativistas e intelectuais negros e estudiosos desta temática na inserção da história e da cultura africana nos currículos escolares do ensino público e privado brasileiro e nos seus diferentes níveis educacionais, isto é atingindo do ensino infantil ao universitário, como trata lei 10.639 de 2003, a lei 11.645 de 2008 e o Estatuto da Igualdade Racial.

Além do que precisamos considerar a necessidade de financiamento institucional das agências de fomento à pesquisa para que os estudos referentes ao continente africano sejam ampliados numérica e qualitativamente. Até porque há uma cultura em nossas graduações e pós-graduações de fomentar pesquisas em âmbito nacional, mas quando o assunto de pesquisa tem âmbito e/ou escopo internacional a imensa maioria dos estudos se vinculam a agenda monopolista das agências de ensino da Europa ocidental ou dos Estados Unidos da América. O que faz com que tenhamos dificuldade em ampliar também uma bibliografia científica que tenha autores oriundos do continente africano e que produzem conhecimento em universidades africanas.

O CEA-USP também foi criado no bojo deste processo político internacional, mas tendo como parte de seu desdobramento a ditadura militar no Brasil como mais um elemento importante no contexto de sua constituição na Universidade de São Paulo. Como é expresso em sua página de apresentação virtual<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Disponível em <<http://cea.fflch.usp.br/>>. Acesso: 10/07/2015.

**O Centro de Estudos Africanos (CEA)**, criado em 1965, obteve autorização para seu funcionamento em 1969, constituindo-se, atualmente, em Centro Interdepartamental/Intraunidade da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP – e encontra-se instalado em dependências dessa Faculdade.

**O CEA** tem por finalidades principais: difundir a realidade africana através de cursos, conferências, encontros e publicações; promover e incentivar, no âmbito da Universidade de São Paulo, o estudo, a pesquisa e a especialização sobre as sociedades africanas e suas problemáticas, desdobramentos e influência manifestadas no continente africano e fora dele; favorecer, organizar, orientar e promover o desenvolvimento de especialistas; incentivar a publicação de trabalhos científicos, didáticos e informativos concernentes ao seu campo de atividades; manter e incentivar intercâmbios e relações científicas, acadêmicas, culturais e artísticas com instituições congêneres ou relacionadas com os objetivos do Centro, nacionais ou estrangeiros; prestar serviços especializados de assessoria e de extensão à comunidade; apoiar os órgãos públicos, através da pesquisa, assessoria e difusão de conhecimentos, no sentido de que levem em conta os aspectos da realidade africana estudados pelos pesquisadores do CEA; manter biblioteca, documentação e dados especializados.

A revista *África* do CEA-USP foi

Lançada em janeiro de 1978, contribui na divulgação dos estudos sobre o continente africano, do passado e do presente, compreendendo especialidades tais como a sociologia, a antropologia, a ciência política, as relações internacionais, a geopolítica, a história e a literatura. Pretendendo servir como um elo cultural entre o Brasil e a África, publica textos inéditos de autores de várias nacionalidades em português, inglês, francês, espanhol e crioulo de Cabo Verde.

Constata-se que a revista *África* do CEA, desde 1978, conseguiu manter a sua missão institucional de publicar artigos majoritariamente sobre o continente africano. No entanto, se verifica que a partir de 2002-2012, ou seja, em uma década publicou uma ínfima



quantidade de artigos de autoria de brasileiros como se pode ver nos quadros abaixo, sendo que a maioria foi escrita por africanos. Esta questão encontra eco e dá base para a afirmação que anteriormente constatamos quando verificamos as publicações da revista do CEAO, isto é de que a quase ausência de brasileiros nestas publicações deve-se ao fato de que são poucos que realizam pesquisas sobre o continente africano, mas também olhamos a partir de outra perspectiva, as publicações do CEA nos habilita em conhecer melhor e ampliar as informações sobre a produção intelectual, acadêmica e científica do continente africano.

Revista África do CEA	Vol. nº 24, 25, 26 <i>2002/2003/2004/2005</i>
Total de artigos 15 artigos 10 artigos sobre África 1 escrito por brasileiro	
<b>Títulos</b> Os luso-africanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau Absolute poverty in Nigeria: an analysis of the future trend A dimensão ritual na solução de conflitos na justiça tradicional de sociedades africanas O espaço urbano no contexto colonial: o caso de Luanda Predestination and the metaphysics of identity: a Yoruba (African) case study Classification of Nigerian gospel music	<b>Autoria</b> <i>Manuel Jauará</i>  <i>Gafar J. Ijaiya</i>  <i>Carlos Serrano</i>  <i>Fernando A. A. Mourão</i>  <i>Yunusa Kehinde Salami</i>  <i>Femi Adedeji</i>  <i>A.A. Asiyabola</i>



<p>styles</p> <p>English-translated Yoruba proverbs associated with women: need for gender quality</p> <p>The tyranny of history in contemporary African fiction: a case study of Meja Mwangi's "Kill me Quick"</p> <p>Structures and strictures: a re-reading of Oladejo Okediji's "Rere Run"</p> <p>A semiotic study of court poetry performance in Nigeria: text and context</p> <p>A disgraceful journey into nothingness: criticism and interpretation -South Africa in literature - culture of violence and post-apartheid through Disgrace from M. J. Coetzee</p>	<p><i>Ayo Kehinde</i></p> <p><i>Oluwole Coker</i></p> <p><i>Olutoyin Bimpe Jegede</i></p> <p><i>Ludmila Ommundsen</i></p>
--	---

Revista África do CEA	Vol. nº 27, 28 <i>2007/2008</i>
Total de artigos 8 artigos 1 artigos sobre África Nenhum escrito por brasileiro	
<b>Títulos</b> Communication in the Yoruba court: reflections from Yoruba video films	<b>Autoria</b> <i>Durotoye A. Adeleke</i>

Revista África do CEA	Vol. nº 29, 30 <i>2008/2009/2010-2011</i>
Total de artigos 11 artigos 5 artigos sobre África	

O negro no Brasil e seu olhar para a África e a América Latina:  
Um olhar sobre a globalização Sul-Sul –  
Dagoberto José Fonseca – p. 26-59



Nenhum escrito por brasileiro	
<p><b>Títulos</b></p> <p>Velhos paradigmas e novas roupagens – Os critérios de justiça em Angola</p> <p>La philosophie dans le processus de démocratisation en Afrique</p> <p>A estátua de Salvador Correia de Sá em Luanda: a cidade alta, o poder colonial luso-brasileiro e o mito da “restauração”</p> <p>Mestiçagem, emigração e mudança em Cabo Verde</p> <p>Les déboires des indépendances dans les deux premiers romans d'Ahmadou Kourouma</p>	<p><b>Autoria</b></p> <p><i>André Sango</i></p> <p><i>Lou Bamba</i></p> <p><i>Alberto Oliveira Pinto</i></p> <p><i>João Lopes Filho</i></p> <p><i>Augustine H. Assah</i></p>

Revista África do CEA	Número especial 2012
<p>Total de artigos</p> <p>14 artigos</p> <p>4 artigos sobre África</p> <p>2 artigos escrito por brasileiro(a)</p>	
<p><b>Títulos</b></p> <p>Viriato da Cruz: um intelectual angolano do séc. XX. A memória que se faz necessária</p> <p>‘Nsumwinu’: meaning and role in the structural composition of melodies in the urban music of the Democratic Republic of the Congo</p> <p>O Baobá na paisagem africana: singularidades de uma conjugação entre natural e artificial</p>	<p><b>Autoria</b></p> <p><i>Carlos Serrano</i></p> <p><i>Kazadi wa Mukuna</i></p> <p><i>Maurício Waldman</i></p>

Apontamentos sobre a escrita de Uanhenga Xitu, um griô engajado	<i>Tânia Macedo</i>
---	---------------------

Já o Centro de Estudos Afro-Asiáticos foi criado em 1973 na Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro, uma instituição de ensino superior privada. Vale salientar que o CEAA como nos informa em sua página de apresentação virtual<sup>11</sup>,

originou-se de forma singular ao dar continuidade ao Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) criado em 1961, quando o professor Cândido Mendes exercia a função de Chefe da Assessoria Internacional da Presidência de Jânio Quadros, voltando seu olhar para os novos países independentes da África, e que tendo sido extinto ainda em 1964, durante o Regime Autoritário no Brasil, foi retomado na UCAM em 1973, tendo sido nomeado como seu primeiro Vice-Diretor Executivo, o africanista José Maria Nunes Pereira.

Desta forma, podemos considerar que o CEAA tem em si uma questão particular que é o fato de ter duas fundações, uma antes da ditadura militar com a criação do Departamento de África dentro do Ministério das Relações Exteriores, estando vinculada à trajetória política institucional e estratégico-política do governo brasileiro na gestão de Jânio da Silva Quadros, mas outra fundação na última década da forte repressão militar que o Brasil assistiu em suas ruas, vielas, becos e porões lúgubres e nos corredores insanos das universidades e academias científicas que os generais das forças armadas tinham os seus asseclas a serviço de manter o movimento negro calado, bem como outros movimentos sociais, mas ainda assim atentos que estavam sobre os avanços e articulações na África lusófona que se fazia independente de Portugal, constituindo assim uma agenda para a África e uma geopolítica para nós (brasileiros) no Atlântico sul.

Destacamos em publicação recente como parte deste esforço acadêmico e teórico, que neste contexto particular.

<sup>11</sup> Disponível em <<http://www.ucam.edu.br/index.php/centro-de-estudos-afro-asiaticos>>. Acesso: 10/07/2015.

O governo de Jânio Quadro durou pouco, mas foi importante para fincar raízes na agenda internacional focada na África, especialmente aquela de expressão portuguesa. Argumentou Quadros que a nova política africana do Brasil, inspirada nas independências das jovens nações do outro lado do Atlântico, seria uma “modesta recompensa” pelo imenso débito que o Brasil tinha para com o povo africano. E já bastavam as “considerações de

ordem moral” para justificar a dimensão atlântica da política externa do Brasil. Chegou a afirmar, de forma contundente, que a África próspera e estável seria condição essencial à segurança e ao desenvolvimento do Brasil (FONSECA, 2015, p. 25).

É neste sentido que a Revista dos Estudos Afro-Asiáticos do CEAA somente irá ser publicada em 1978, momento que também coincide com a emergência de um novo movimento negro que age como um ator social no cenário nacional brasileiro, buscando ser protagonista e referências sobre o Brasil e a África. O que foi um gerador de condições políticas favoráveis a que esta revista viesse a ser publicada por uma instituição de ensino superior privada, mas com nítido engajamento na arena social do país e das demandas colocadas pela sociedade e academia fluminense. Assim é que A revista Estudos Afro-Asiáticos é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos que integra a Universidade Candido Mendes. Criado em 1973, o CEAA é uma instituição voltada para a pesquisa, ensino e documentação sobre relações raciais e cultura negra no Brasil, países africanos e asiáticos. Estudos Afro-Asiáticos é publicada desde 1978.

No entanto, mais recentemente a revista passou a ser mantida também por outras instituições de ensino superior do Rio de Janeiro<sup>12</sup>, como se pode observar na informação abaixo:

A Revista “Estudos Afro-Asiáticos” é uma publicação quadrimestral do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e da Universidade Candido Mendes, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. É uma revista especializada nas questões globais, regionais, nacionais e locais da Ásia e da África, do

---

<sup>12</sup> Disponível em <<http://www.scielo.br/revistas/ea/paboutj.htm#04>>. Acesso: 11/07/2015.

ponto de vista da inserção desses continentes na história do mundo e seu impacto na formação das Américas e do Brasil.

Este processo de incorporação das instituições de ensino superior privado no Rio de Janeiro (UCAM e IUPERJ) deve-se à crise que vivenciaram a partir de 2010, fazendo com que o próprio CEAA e a sua revista também fossem institucionalmente vinculadas a este complexo acadêmico-científico e com seu novo desenho administrativo-burocrático, como afirma o Prof. Dr. Geraldo Tadeu Moreira Monteiro<sup>13</sup>, Diretor-Executivo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e da Universidade Cândido Mendes, abaixo:

A refundação do Iuperj envolveu, no entanto, mais do que isso. Houve um esforço de redesenho organizacional que implicou a seleção de novos docentes, a implantação de um novo regimento, a incorporação dos cursos de graduação em ciências sociais do antigo Instituto de Humanidades da UCAM, a articulação com os centros de pesquisa existentes (como o Cesec, o Cesap, o Centro de Estudos das Américas e o Centro de Estudos Afro-asiáticos) e a abertura de novas frentes, como a Escola Brasileira de Governo e Políticas Públicas, a ser implantada ainda este ano. A Biblioteca do Iuperj, segunda maior biblioteca de ciências sociais do Brasil, será totalmente reformada e tornada pública, com amplo acesso da comunidade. Os novos docentes têm todas as qualificações necessárias para dar sustentação a um curso deste nível e têm colaborado ativamente na definição dos novos rumos do Iuperj. Temos a convicção de que a nova turma nos trará discentes igualmente comprometidos com o trabalho acadêmico e motivados para executar bons trabalhos de análise social. Um programa de pós-graduação de excelência, embora tenha nos docentes e discentes seu motor, é feito também de uma instituição que gere, sustenta e promove esses corpos, com instalações, equipamentos, material e, principalmente, com uma biblioteca cujo acervo é reconhecidamente único no Brasil.

A despeito de todas estas questões presentes na história institucional, acadêmica e editorial da Revista do CEAA destes últimos anos, se constata que esta publicação não conseguiu manter a sua periodicidade. As suas publicações online estão sem atualização desde o ano de 2003, marco metodológico de nosso balanço.

<sup>13</sup> Disponível <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-polemica-sobre-o-iuperj>>. Acesso: 11/07/2015.

É importante destacar, todavia que perfaz doze anos de não edição desta revista e pior, ainda, é o fato de que o público acadêmico nacional e estrangeiro esteja sem contato com uma publicação de suma importância para a compreensão da África e dos demais temas/assuntos tratados em sua publicação. De outra parte, vale salientar que nem por isto temos que desprezar o papel histórico e intelectual exercido por esta revista desde a sua criação, pois ele foi e continua sendo significativo. Porém, o que é relevante neste momento demonstrar é que as publicações desta revista também têm os mesmos problemas das abordadas neste balanço. Veja abaixo o quadro:

<p><b>Revista Afro-Asiático</b></p> <p>Vol. 25 – 2003 –nº 1</p> <p>Total de 6 artigos</p> <p>Nenhum dos artigos aborda a África</p> <p>Vol. 25 – 2003 –nº 2</p> <p>Total de 6 artigos</p> <p>Nenhum dos artigos aborda a África</p> <p>Vol. 25 – 2003 –nº 3</p> <p>Total de 6 artigos</p> <p>1 artigo aborda a África</p>	
<p><b>Título</b></p> <p>Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde</p>	<p><b>Autoria</b></p> <p>José Carlos Gomes dos Anjos</p>

Como já foi dito anteriormente em relatórios anteriores (anuais), o levantamento de artigos científicos que fizemos desde 2003 publicados online por estes centros nos dão conta da maioria deles serem da área de Ciências Sociais, inclui-se aí a história e as relações internacionais, bem como alguns igualmente de reduzidíssimo número oriundos da



literatura. Além do que fica evidente outro aspecto que é a ausência de artigos de outras áreas do conhecimento, tais como das ciências exatas/tecnológicas/da terra e biológicas o que faz com que possamos inferir neste instante que estas outras áreas tem foco distante da abordagem e da proposta editorial das revistas e demais ações destes centros.

Os artigos publicados por estes centros até o momento nos dão conta de que a imensa maioria deles é escrito por pesquisadores brasileiros das áreas das Ciências Sociais, da História e da Letras que abordam a realidade social e a história da escravidão negra nas Américas, especialmente a brasileira.

Diante deste quadro podemos inferir que as revistas têm esta situação também pelo fato do corpo editorial delas ser composto somente por estudiosos e docentes da área das Ciências Humanas. Sendo comprovada esta inferência quando vemos que todas elas estão situadas e vinculadas aos programas de pós-graduação, tais como a do CEEA que está no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IUPERJ e a do CEAO aos Programas de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos e em História da Universidade Federal da Bahia, enquanto a do CEA não foge a esta lógica, pois está vinculada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Daí que se coloca a necessidade se pensar que revistas deste porte não podem ser exclusivas de uma abordagem intra-área, pois tem como base de sua razão de ser o foco epistêmico, teórico e científico em três continentes (América, África e Ásia) e seria excelente para a sua vida acadêmica que tivessem artigos das outras áreas, sobretudo para discutirmos e conhecermos abordagens novas no campo das ciências exatas, tecnológicas, da terra e das biológicas a fim de tratar de realidades amplas como são estes continentes, particularmente o africano.

Vale mencionar como sugestão que para se ampliar a participação de brasileiros como autores dos artigos, especialmente sobre a África, seria a abertura cada vez maior de fomento e financiamento para que estudantes de graduação e de pós-graduação possam ter neste continente um campo possível para realizar pesquisas teóricas e ou aquelas que envolvam o trabalho de campo, independente da área de conhecimento.

Além disto, é importante destacar que para os estudiosos das universidades brasileiras também para acessarem a África se faz necessária à constituição de redes de

contatos com os pares das universidades africanas, isto em busca de construir políticas de intercâmbio que envolva publicações conjuntas e coletivas, bem como de intercâmbio real que estabeleçam contatos efetivos entre docentes e discentes dos diferentes níveis de formação, inclusive com a realização de doutorados sanduíche e pós-doutorados nas universidades parceiras do continente africano para tanto é imperioso que as agências de fomento, os programas de pós-graduação, as pró-reitorias de pesquisa e de pós-graduação das universidades brasileiras e o governo brasileiro considerem a importância da África no conhecimento sobre a nós mesmos, criando linhas de pesquisa, bolsas e diferentes modalidades de auxílio para que este processo seja ampliado e se torne irreversível, enquanto política de Estado na ampliação da ciência, com a constituição de uma agenda de pesquisa nacional que seja pensada para a soberania, a hegemonia cultural e científica e a geopolítica do conhecimento na área de abrangência do Atlântico Sul.

Deste modo, poderemos construir teorias, metodologias e bibliografias novas e, ainda contribuindo com o envio de artigos científicos de qualidade para serem publicados nas revistas de centros de estudos e pesquisas nacionais e internacionais com foco na África como nos demais países da Ásia e da América Latina.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. F. de. O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

CEA. Disponível em <<http://cea.fflch.usp.br/>>. Acesso: 10/07/2015.

CEAA. Disponível em <<http://www.ucam.edu.br/index.php/centro-de-estudos-afro-asiaticos>>. Acesso: 10/07/2015.

CEAO. Disponível em <<http://www.ceao.ufba.br/2007/apresentacao.php>>. Acesso: 10/07/2015.

CHATWIN, Bruce. O Vice-Rei de Uidá. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1987.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002.

FONSECA, Dagoberto José. Brasil-África: cultura, política e projetos para o futuro. In: Cadernos do CEAS, Centro de Estudos e Ação Social, Salvador: Editora CEAS, Julho/Agosto, 2004, nº 212, p. 45-65.

\_\_\_\_\_. Formação, inovação e novas tecnologias: lugar dos negros e dos empobrecidos. Revista Estudos de Sociologia (São Paulo), v. 01, p. 173-186, 2007.

\_\_\_\_\_. A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil: In: Dossiê – Ensino superior e circulação internacional de estudantes: os Palop no Brasil e em Portugal. Coordenação Neusa Maria Mendes Gusmão.

Campinas: Revista Pro-posições, Faculdade de Educação, UNICAMP, v. 20, nº 1, jan/abr, 2009, p. 23-44.

\_\_\_\_\_. Antropologia Brasileira: seus conceitos e a dinâmica sociocultural nacional. Artigo-Tese (Livre Docência), Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2014, p. 119.

\_\_\_\_\_. As universidades e os trânsitos da juventude: Angola, Portugal e Brasil olhando não só para o retrovisor. In: XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro, 2011. Salvador. Anais do XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Salvador: Editora da UFBA, 2011. Disponível em: <[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307908920\\_ARQUIVO\\_T\\_RABALHOCOMPLETO-DagobertoJoseFonseca.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307908920_ARQUIVO_T_RABALHOCOMPLETO-DagobertoJoseFonseca.pdf)>. Acesso: 12/07/2015.

\_\_\_\_\_. De migração em migração se constroem impérios, reinos e cidades: o africano no contexto da globalização. In: Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho. Org. Bas' Ilele Malomalo,

Dagoberto José Fonseca e Mbuyi Kabunda Badi, Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 17-24.

\_\_\_\_\_. Les noirs au Brésil et em Afrique. Paris: Agir, v. 47, p. 131-141, 2011.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 25ª ed., 1987.

GALA, Irene Vida. A política externa do Governo Lula para a África: a política externa como instrumento de ação afirmativa ...ainda que não só. 51º Curso de Altos Estudos, Brasília. Instituto do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 2007, p. 258.

HERCULANO, Selene. Racismo ambiental, o que é isso? [www.professores.uff.br/seleneherculano/textos](http://www.professores.uff.br/seleneherculano/textos) Selene Herculano. Disponível em: [http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/Racismo\\_3\\_ambiental.pdf](http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/Racismo_3_ambiental.pdf). Acesso em 15/07/2015.

LUÍS NASSIF BLOG. Disponível <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-polemica-sobre-o-iuperj>>. Acesso: 11/07/2015.

MALOMALO, Basilele. Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009). Tese de Doutorado, Araraquara: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2010, p. 458.

PELLOW, David N. Social inequalities and environmental conflict, University of California, San Diego - United States of America Replicated from Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v.12, n.25, p.15-29, Jan./June 2006. Disponível em: [http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S0104-71832007000100001&script=sci\\_arttext](http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S0104-71832007000100001&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15/07/2015.

PEREIRA, Edilene Machado. A vivência de mulheres em cargos executivos em grandes empresas: uma análise das desigualdades de gênero e raça. Tese de Doutorado, Araraquara: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2015, p. 283.

PESSOA, Thiago Campos. O comércio negreiro na clandestinidade: as fazendas de recepção de africanos da família Souza Breves e seus cativos. In: Afro Ásia no.47 Salvador 2013. Acesso: 10/08/2015-[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912013000100002&script=sci\\_arttext#nt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912013000100002&script=sci_arttext#nt)

QUERINO, Manuel. Costumes africanos no Brasil. Recife: Editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

RAEDERS, Georges. O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Trad. Rosa F. d’Aguiar, 1988, p. 90.

RIBEIRO, Darcy. América Latina: a pátria grande. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

RODRIGUES, Jaime. De costa a costa – escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Yssysay D. A Vale em Moçambique: uma etnografia das relações entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano do megaprojeto. Dissertação de mestrado.

Araraquara: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2015, p. 135.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Leandro José dos. *Por dentro do espelho: reflexões sobre o feminino negro em Raça Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Araraquara: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UNESP, 2011, p. 185.

SARAIVA, José Gomes & GALA, Irene Vida. *O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf>>. Acesso em 12/07/2015.

TURRA, Cleusa & VENTURI, Gustavo (Org.). *Racismo cordial*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

UNIÃO AFRICANA, Relatório da Reunião de Peritos Técnicos sobre a Diáspora Africana (TCEM), Pretória, África do Sul, 21-22 fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.dirco.gov.za/diaspora/docs/tcem/tcemportuguese.pdf>>. Acesso em 12/07/2015.

Recebido em: 17/11/2017 Aprovado em: 20/02/2018
--